O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 20 | Nº 59 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.14715591

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

CENTRALIDADE TERRITORIAL:
UMA ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DE GUARAPUAVA/PR

João Matheus Afinovicz de Lima[1]

Márcia da Silva[2]

Resumo

O presente estudo aborda a caracterização da posição e da situação socioeconômica da Região Imediata de Guarapuava (RIG), localizada no interior do Paraná, levando em considerando o contexto territorial e político-administrativo em que se desenvolvem os fenômenos regionais. O objetivo principal da pesquisa é oferecer uma análise abrangente e fundamentada das dinâmicas sociais, econômicas e territoriais que moldam a realidade de Guarapuava, explorando aspectos como distribuição de renda, acesso a serviços públicos, qualidade de vida e dinâmicas populacionais. A metodologia utilizada baseou-se no método dedutivo, com procedimentos de levantamento de dados por meio de revisão bibliográfica e documental. A análise dos dados foi realizada utilizando a hermenêutica desenvolvimentista, que permitiu interpretar os resultados à luz das teorias pertinentes, além de análise gráfica e esquemática com tabelas para apresentar os dados de forma clara e sistemática. Os resultados indicaram as principais áreas de destaque de Guarapuava em relação a outros municípios do Paraná, assim como desafios significativos em termos de desigualdade socioeconômica e acesso a serviços básicos. A comparação de dados com outros municípios paranaenses possibilitou identificar o posicionamento relativo de Guarapuava no contexto estadual, evidenciando as potencialidades e limitações que influenciam seu desenvolvimento. Conclui-se que o município apresenta uma posição estratégica no estado, com possibilidades de crescimento sustentado, desde que políticas públicas e estratégias específicas sejam implementadas para enfrentar os desafios identificados. A pesquisa contribui para ampliar a compreensão das dinâmicas socioeconômicas e territoriais do município, oferecendo subsídios para formulação de ações voltadas ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Centralidade Territorial; Desenvolvimento Regional; Guarapuava.

Abstract

The present study examines the characterization of the socioeconomic position and situation of the Immediate Region of Guarapuava (IRG), located in the interior of Paraná, considering the territorial and political-administrative context in which regional phenomena unfold. The main objective of the research is to provide a comprehensive and substantiated analysis of the social, economic, and territorial dynamics shaping the reality of Guarapuava, exploring aspects such as income distribution, access to public services, quality of life, and population dynamics. The methodology employed was based on the deductive method, with data collection procedures including bibliographic and documentary reviews. Data analysis was conducted using developmental hermeneutics, allowing for the interpretation of results through relevant theories. Additionally, graphical and schematic analyses with tables were employed to present the data in a clear and systematic manner. The results highlighted Guarapuava's key areas of prominence compared to other municipalities in Paraná, as well as significant challenges in terms of socioeconomic inequality and access to basic services. Comparing data with other municipalities in the state allowed for the identification of Guarapuava's relative positioning in the regional context, evidencing both its potential and its limitations impacting development. It is concluded that the municipality holds a strategic position within the state, with opportunities for sustainable growth, provided specific public policies and strategies are implemented to address the identified challenges. The research contributes to expanding the understanding of the municipality's socioeconomic and territorial dynamics, offering insights for the formulation of actions aimed at regional development.

Keywords: Guarapuava; Regional Development; Territorial Centrality.

[1] Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: joaoafinovicz158@gmail.com

[2] Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Doutora em Geografia. E-mail: msilva@unicentro.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo oferecer uma caracterização detalhada e atualizada do município de Guarapuava, localizado no estado do Paraná, inserida na Região Imediata de Guarapuava, com foco na análise de dados socioeconômicos. Esta contextualização é fundamental para que o leitor compreenda o ambiente em que se desenvolvem os fenômenos territoriais e político-administrativos no município. A pesquisa busca identificar as condições de vida da população e analisar as dinâmicas políticas locais, considerando o papel das políticas públicas e a gestão governamental.

Os dados socioeconômicos a serem explorados incluem indicadores como renda per capita, níveis de educação, acesso a serviços de saúde, índices de emprego e distribuição de renda. Tais informações são importantes para entender as condições de vida da população de Guarapuava e região, além de identificar áreas que necessitam de melhorias. A análise política, por sua vez, se concentrará nas estruturas de governança local, políticas públicas implementadas e a participação política dos cidadãos, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de poder e gestão no município.

Ademais, é importante destacar que o desenvolvimento do estado do Paraná não é homogêneo, apresentando disparidades entre diferentes áreas. Essa heterogeneidade resulta de uma combinação de fatores geográficos, históricos, econômicos e políticos, refletindo as diversidades de interesses e prioridades regionais. A análise comparativa com outros municípios do estado possibilita identificar os pontos fortes e as deficiências de Guarapuava em relação a outros contextos regionais, oferecendo uma visão mais ampla e contextualizada do seu papel dentro do estado.

Este trabalho, portanto, visa oferecer uma análise abrangente que contribua para um entendimento mais claro das dinâmicas que moldam o município. O estudo busca fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento mais equitativas e eficazes. Dessa forma, a pesquisa não só ilumina a realidade atual de Guarapuava, mas também aponta caminhos para seu desenvolvimento futuro, alinhado às necessidades e potencialidades locais.

O referencial teórico deste estudo aborda questões centrais relacionadas ao desenvolvimento regional, que servirá como conceito norteador da pesquisa. A primeira seção do trabalho explorará essas teorias de forma mais aprofundada, enquanto a segunda seção se concentrará nas metodologias utilizadas para realizar a pesquisa. Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase em uma pesquisa exploratória e descritiva, fundamentada em análise bibliográfica e documental. A revisão da literatura foi essencial para embasar a fundamentação teórica, abordando as principais teorias de desenvolvimento regional.

Em seguida, será caracterizada a área de estudo, Guarapuava, com base nas informações socioeconômicas do município, que são de grande relevância para a pesquisa e para os estudos territoriais e econômicos da Geografia. A terceira seção abordará como Guarapuava se configura como uma centralidade territorial e socioeconômica no estado do Paraná, apesar das diferenças evidentes com municípios que se destacam em rankings e indicadores socioeconômicos de diferentes regiões do estado. O texto também discorrerá sobre as desigualdades regionais existentes no Paraná, explorando como essas disparidades afetam o desenvolvimento de Guarapuava.

Por fim, a pesquisa buscará compreender os desafios e oportunidades para a implementação de políticas de desenvolvimento na Região Imediata de Guarapuava, fornecendo uma análise crítica sobre as alternativas e soluções possíveis para promover a melhoria das condições socioeconômicas e o desenvolvimento territorial na Região.

REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A evolução das discussões sobre a dimensão espacial do desenvolvimento, com ênfase nas contribuições da teoria da localização e sua influência em diferentes campos de estudo tem sido alvo e tema de diversos estudos na atualidade (TÖDLING, 2020). A teoria da localização, desde suas concepções clássicas, como as propostas por Thünen (1966) e Christaller (1966), contribuiu para o entendimento dos processos de organização espacial das atividades econômicas, como a localização industrial, a formação de sistemas urbanos e a concentração de aglomerações populacionais. A partir dessa base teórica, pesquisadores buscavam explicar como as atividades produtivas se distribuem no espaço e como essas distribuições influenciam o desenvolvimento regional (ABREU *et al.*, 2023).

O desenvolvimento regional, por sua vez, conforme Lima (2020), envolve políticas para estimular o crescimento econômico, melhorar infraestrutura e reduzir desigualdades entre regiões. Essa proposta surgiu no final dos anos 1960 como uma alternativa às teorias de localização, e evoluiu com a integração da Geografia, criando a Geografia Econômica como área interdisciplinar (MARTIN *et al.*, 2021).

Dallabrida (2011) destaca que, desde a década de 1950, a teoria da localização se tornou fundamental para entender a dinâmica das atividades econômicas em centros industriais, sendo analisada não apenas pela economia, mas também no contexto mais amplo do desenvolvimento. O debate dessa teoria com outros estudos sobre desenvolvimento foca na eficácia das políticas de crescimento econômico, através de investimentos em infraestrutura, habilidades e incentivos empresariais (BERKOWITZ *et al.*, 2020).

Segundo Coe, Kelly e Yeung (2019), as teorias sobre circuitos espaciais produtivos, aglomerações populacionais, polarização e economia regional também foram influenciadas pela teoria da localização. Essas teorias passaram a considerar o espaço como um elemento importante para a análise do desenvolvimento, uma vez que impacta diretamente nas dinâmicas econômicas e sociais das regiões (DINMORE *et al.*,2023).

Na teoria da localização, o conceito de desenvolvimento é amplamente empregado principalmente no que se refere ao processo de melhoria nas condições de vida e bem-estar das pessoas e das comunidades (ABREU; JONES, 2021). Esse conceito abrange uma variedade de áreas, incluindo crescimento econômico, redução das desigualdades sociais, acesso à educação e à saúde, e melhoria da infraestrutura. Desse modo, o desenvolvimento pode ser analisado de diversas maneiras, mas, de forma geral, envolve a criação de condições que permitem a realização do potencial humano, tanto individual quanto coletivo (COE; KELLY; YEUNG, 2019).

Portanto, de acordo com Huggins e Thompson (2023) de uma perspectiva comportamental, os caminhos de desenvolvimento regional emergem das relações entre os sistemas socioeconômicos dentro de uma Região, a dinâmica de rede que governa esses sistemas e os traços comportamentais dos agentes humanos dentro de cada Região. A natureza complexa dessas relações e interações é multidimensional e multinível e pode ser configurada e analisada de diferentes formas (FRANGENHEIM *et al*., 2020).

No contexto geográfico, o desenvolvimento está frequentemente relacionado à transformação do território por meio de mudanças econômicas, políticas e sociais, que buscam melhorar a qualidade de vida das populações em um determinado local (COE; KELLY; YEUNG, 2019). Esse desenvolvimento pode ser sustentável, quando leva em conta os impactos ambientais e visa atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer as futuras (COE; KELLY; YEUNG, 2019; BEZERRA, 2021).

Nesse contexto, conceito deve ser analisado como um processo dinâmico e multifacetado, que vai além da mera busca por crescimento econômico (ISRAEL; FRENKEL, 2020). Ele envolve também a promoção de mudanças em diversos aspectos sociais, culturais e até ambientais da Região (DENG; WANG; SONG, 2023). Ao considerar as características locais, é possível formular estratégias que não só estimulem o progresso material, mas que também fortaleçam as estruturas sociais e culturais, promovendo uma transformação mais equilibrada e sustentável (ETGES, 2023; ISRAEL; FRENKEL, 2020; TOVAR; BOURDEAU-LEPAGE, 2013).

Nijkamp e Abreu (2020) e Bellini, Lazzeri e Rovai (2020) afirmam que o desenvolvimento regional está relacionado à geografia do bem-estar, que analisa as variações nas condições econômicas sociais entre regiões e sua evolução ao longo do tempo. Esse conceito é central em áreas como a economia regional e teoria do crescimento econômico, voltadas para o estudo das dinâmicas espaciais

que influenciam o desenvolvimento humano (FRANSHAM *et al*. 2023). É um processo dinâmico e complexo que reflete mudanças nas condições de bem-estar em regiões específicas, considerando suas interdependências (ISRAEL; FRENKEL, 2018).

Nijkamp e Abreu (2020) destacam que o PIB (Produto Interno Bruto) per capita é comumente utilizado para avaliar o progresso regional, mas suas limitações surgem por focar apenas na dimensão econômica. Para uma visão mais completa do sistema regional, são usados indicadores complementares, como taxas de pobreza, desemprego, participação na força de trabalho e acesso a serviços públicos (ALKIRE; SANTOS, 2014; ARNDT; VOLKERT, 2011).

Tödling (2020) corrobora, definindo o desenvolvimento regional como o processo de melhoria nas condições econômicas, sociais, políticas e ambientais de regiões específicas. Ele envolve o aumento da riqueza, produção, emprego e renda, visando consolidar uma economia competitiva e inovadora. Além disso, o desenvolvimento busca melhorar a qualidade de vida da população, com foco em serviços essenciais, redução das desigualdades sociais e fortalecimento das estruturas políticas e institucionais (ABREU; COMIM; JONES, 2023; TÖDLING, 2020).

Contudo, a desigualdade social e econômica contemporânea, que é resultado de fatores históricos, estruturais e políticas passadas, continuam a influenciar as condições atuais das regiões (CONVERSE; MAYHEW, 2021). As “dotações geográficas" e "economias de acumulação" indicam que algumas regiões têm vantagens naturais, como recursos ou localização, favorecendo seu crescimento econômico, enquanto outras não (PERRONS, 2012). Além disso, as variações no investimento em capital humano e infraestrutura entre as regiões também contribuem para a desigualdade, perpetuada pelas escolhas políticas anteriores (LOGAN; HARDY; PARMAN, 2021).

Para justiçar a presente pesquisa, reitera-se a relevância e a importância do estudo da escala regional nas análises geográficas, porque ela desempenha um papel central na organização e prestação de serviços fundamentais no território, essenciais para o bem-estar social e o desenvolvimento econômico (HANSEN, 2021). Esses serviços podem estar vinculados a infraestruturas físicas, como transporte, saneamento e energia, ou à necessidade de interação humana, como saúde, educação, segurança e inserção, bem como a formulação de políticas públicas locais (LENNEIS; AGERGAARD; EVANS, 2022).

Para Corrêa, Silveira e Kist (2019) as culturas e identidades regionais influenciam diretamente as percepções e demandas sobre o que constitui um serviço fundamental e serviços essenciais para um Região. Planejar e implementar políticas públicas em escala regional oferece a oportunidade de alinhar as ações governamentais às reais necessidades da população, respeitando as particularidades locais (COSTA *et al*., 2024; HANSEN, 2021).

Para Silva (2022), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador socioeconômico relevante para compreender um determinado território. Conforme o PNUD esse índice avalia o desenvolvimento humano nos municípios a partir de três dimensões: longevidade, educação e renda (PNUD, 2017).

Nesse contexto, o desenvolvimento pode ser abordado como endógeno, focando nos recursos locais para o crescimento, ou exógeno, que depende de influências externas, como investimentos de outras regiões ou empresas (TÖDTLING, 2020). Ambas as abordagens são essenciais para compreender o desenvolvimento regional (DINMORE *et al.*, 2023).

Dentro desse espectro, o desenvolvimento regional endógeno, surge como uma estratégia para promover o crescimento econômico em regiões específicas, baseando-se predominantemente em recursos e capacidades internas à Região, que é discutido nos trabalhos de diferentes autores que se debruçam em compreender as políticas regionais de dentro para dentro de uma Região (GROVER; LALL; MALONEY, 2022; MARTIN *et al.*, 2021; MCCANN; OORT, 2019; TOMANEY; PIKE, 2020; ISAKEN; TRIPPL, 2016).

Introduzido no final da década de 1970, o modelo ganhou relevância tanto em economias desenvolvidas quanto em países em desenvolvimento, ao propor que o desenvolvimento seja impulsionado "de baixo para cima", isto é, pelas forças e fatores locais, em oposição às intervenções centralizadas de governos nacionais ou agências externas (TÖDLING, 2020; RODRÍGUEZ-POSE; KETTERER, 2020; MORGAN, 2019). Morgan (2019), por exemplo, destaca a importância da colaboração entre atores locais, governos e outros *stakeholders* (partes interessadas) para criar soluções adaptadas às necessidades específicas de cada Região.

Para Grover, Lall e Maloney, (2022) o desenvolvimento endógeno utiliza recursos regionais e engajamento social para impulsionar inovação e melhorar condições de vida. Sotarauta e Grillitsch (2023) destacam que políticas públicas eficientes devem considerar a complexidade das interações sociais para promover um desenvolvimento regional justo e equilibrado, adaptado às necessidades locais.

A ênfase no desenvolvimento regional endógeno está na valorização dos recursos e potenciais internos de uma Região, destacando a importância dos fatores endógenos para impulsionar o desenvolvimento econômico e social (BLAŽEK; KVĚTOŇ, 2023; SOTARAUTA, 2005). Nesse contexto, Sant'Anna e Oliveira (2020) defendem que o desenvolvimento regional endógeno é uma abordagem dinâmica que integra a participação ativa das comunidades locais no processo de crescimento. Marretta (2021) complementa que, nessa abordagem, os agentes locais são protagonistas, moldando o futuro de suas regiões por meio de ações direcionadas.

Já o desenvolvimento exógeno é uma abordagem que foca em fatores externos para impulsionar o crescimento econômico e social de uma Região (MCCANN, 2016). Ele depende de recursos, investimentos e tecnologias provenientes de fora, como empresas multinacionais, capital estrangeiro, políticas nacionais ou programas de cooperação internacional (RODRÍGUEZ-POSE; KETTERER, 2020). Essa abordagem privilegia a atração de agentes externos para promover o progresso, frequentemente baseando-se na transferência de conhecimentos, infraestrutura ou investimentos de áreas mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas (HANRETTY, 2021).

Ele ocorre por meio da atração de investimentos externos, transferência de tecnologia, políticas governamentais centralizadas ou apoio de organizações internacionais (TÖDLING, 2020). Nesse modelo, os recursos externos são vistos como catalisadores capazes de acelerar o progresso regional, muitas vezes introduzindo inovações e conectando as economias locais a mercados globais (PIKE; RODRÍGUEZ-POSE; TOMANEY, 2017; TÖDLING, 2020).

Embora gere crescimento econômico, o desenvolvimento exógeno é criticado por, muitas vezes, criar dependência em relação a recursos externos, dificultar a autonomia regional e ignorar as potencialidades locais (ABREU; JONES, 2021). Por outro lado, ele é útil em contextos em que faltam recursos locais significativos ou quando há necessidade de investimentos rápidos em infraestrutura e tecnologias (RIETVELD; SHEFER, 2019).

Esses processos, tanto endógenos quanto exógenos, evidenciam que o desenvolvimento regional é dinâmico, resultado da interação de diversos atores, como empresas, trabalhadores e governos, enfrentando os desafios de uma economia globalizada e interconectada. Nesse processo, tanto os fatores internos quanto os fatores externos influenciam o desenvolvimento de uma determinada Região (ABREU; JONES, 2021).

As políticas de desenvolvimento regional, por exemplo, têm o objetivo de reduzir as desigualdades entre as regiões, mas muitas vezes falham por não considerar as especificidades locais. A União Europeia (UE) e a ONU, destacam a importância de estratégias adaptadas às necessidades locais de cada país e da colaboração contínua entre os diversos atores (FRATESI; PERUCCA, 2018, IAMMARINO; RODRIGUEZ-POSE; STORPER, 2019). A implementação de políticas locais focadas em educação, empreendedorismo e capacitação, além do apoio a lideranças civis e empresariais, é essencial para garantir um desenvolvimento mais eficaz e sustentável (HARFST; WIRT; MAROT, 2020).

Martin *et al.* (2021) e Willett *et al.* (2019) apontam que choques eleitorais expuseram o impacto do desenvolvimento regional desigual, evidenciando a insatisfação de comunidades negligenciadas politicamente, gerando um sentimento de “deixados para trás”, nos moradores de uma Região.

Desse modo, é fundamental estabelecer uma sinergia entre as políticas externas e internas, garantindo uma abordagem coesa e eficaz para o desenvolvimento regional, que pode afetar o complexo meio que é a escala nacional (RIETVELD; SHEFER, 2019). Isso deve ser feito sempre levando em consideração o contexto específico em que o território está inserido, respeitando suas características, necessidades e dinâmicas locais específicas (MACKINNON *et al.*, 2022; MARTIN; SUNLEY, 2006).

Mendes et al (2020) destacam que as políticas públicas no Brasil enfrentam desafios nas escalas de análise entre o desenvolvimento regional, que abrange áreas maiores, e o local, mais específico e focado em necessidades municipais. Isso tem a ver com o que Tödtling e Trippl (2005) enfatizam, onde as condições regionais variam amplamente, tornando inviável um modelo único de desenvolvimento. A abordagem dinâmica e contextual é essencial, com a teoria dos sistemas regionais destacando a evolução dos apoios à inovação e transformação regional (ASHEIM; GRILLITSCH; TRIPPL, 2019).

Fica claro que, o desenvolvimento regional deve ser analisado a partir das interações entre os espaços urbano e rural, bem como dos processos históricos e relacionais de caráter ambiental, econômico, político e cultural (HAESBAERT, 2007). Nesse caso, o processo de desenvolvimento, nesse contexto, adota, sobretudo, abordagens baseadas em estratégias *top-down ou bottom-up* (SENHORAS; CAVALCANTE, 2014).

Segundo Ilha *et al.* (2009), nas últimas décadas do século passado, pesquisadores se dedicaram a compreender as abordagens *top-down* e *bottom-up* no desenvolvimento econômico, especialmente no contexto do desenvolvimento regional. Essas estratégias são aplicadas em diversas esferas da economia, oferecendo soluções para que agricultores e outros agentes de uma Região, superem obstáculos de mercado e promovam um desenvolvimento mais amplo e dinâmico (NUNES, 2013). Por exemplo, Van Dam e Frenken (2020) exploram os efeitos de políticas verticais e horizontais no desenvolvimento regional, concentrando-se na relevância dessas abordagens em diferentes contextos e como podem ser usados em diferentes escalas de análise.

Desenvolvimento *Bottom-up* é um conceito em que o desenvolvimento (regional) é iniciado e realizado principalmente por intervenientes e empresas locais. Está orientada para as necessidades e objetivos da população local e baseia-se em grande medida, mas não exclusivamente, em fatores e recursos locais, conforme descreve Tödtling (2020). É um modelo “de baixo para cima” e está associado à valorização dos recursos e capacidades locais, tornando essencial a cooperação e a interação entre os atores envolvidos (NUNES, 2013).

Já o modelo *top-down* no desenvolvimento regional refere-se a uma abordagem em que as decisões e políticas são formuladas por autoridades centrais e implementadas em níveis locais ou regionais, sem a participação ativa das comunidades ou atores locais (MEDEIROS; GÓMEZ, 2023).

Essa estratégia busca uniformizar o desenvolvimento, aplicando soluções gerais a diferentes contextos regionais (MOYANO, 1999). Representa um conceito em que o desenvolvimento (regional) é projetado e implementado pelo governo central ou agências externas. Enfatiza fatores externos, como o comércio inter-regional (exportações, importações) ou a mobilidade de capital (empresas), mão de obra e tecnologia entre regiões e países (PIKE; RODRÍGUEZ-POSE; TOMANEY, 2011).

Os países industrializados tendem a adotar abordagens *bottom-up,* com uma perspectiva territorial que prioriza e valoriza as forças endógenas. Em contraste, os países subdesenvolvidos geralmente seguem uma lógica *top-down,* caracterizada por uma abordagem funcional que se baseia predominantemente em atividades exógenas (SILVA, 2022).

No entanto, estudos de Asheim, Isaken e Trippl (2019), indicam que o modelo *top-down* pode ser ineficaz, pois não considera as especificidades e necessidades locais. A falta de participação local pode resultar em políticas que não atendem às realidades regionais, levando a resultados insatisfatórios (PIKE; RODRÍGUEZ-POSE; TOMANEY, 2011)

Delamaza (2022) descreve que os modelos *top-down* e *bottom-up* representam abordagens distintas no desenvolvimento territorial. O modelo *top-down* baseia-se em decisões centralizadas de autoridades superiores, enquanto o modelo *bottom-up* prioriza a participação das comunidades locais na identificação de necessidades e soluções. A integração dessas abordagens combina orientação estratégica com conhecimento local, promovendo um desenvolvimento inclusivo, sustentável e adaptado às especificidades territoriais (TÖDTLING, 2020).

Um modelo alternativo para elencar os dois modelos de desenvolvimento territorial é descrito por Silva (2022), onde o autor descreve que território Açu-Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte, poderia equilibrar as estratégias *top-down* e *bottom-up* para fomentar o progresso sustentável desse território, a fim de promover um desenvolvimento regional e equilibrado para a comunidade.

Outro estudo importante para a análise do desenvolvimento regional foi conduzido por Rocha *et al.* (2024), que realizou uma análise fatorial multidimensional dos indicadores socioeconômicos da microrregião de Montes Claros (MG). Este trabalho se destaca pela forma como aborda as disparidades econômicas entre os municípios da Região, evidenciando a necessidade de uma análise aprofundada dos fatores que contribuem para essas diferenças. A pesquisa enfatiza a urgência de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento regional, visando a transformação socioeconômica e a promoção de maior equidade entre os municípios da microrregião estudada.

Um modelo alternativo para envolver os residentes no processo de implementação de políticas públicas, é o orçamento participativo, uma abordagem que surgiu no município de Porto Alegre, no Brasil, e foi implementada em muitas cidades, vilas e comunidades rurais em todo o mundo (SHAH,

2007). O princípio fundamental é que os moradores podem ter influência direta nas decisões de financiamento público em suas áreas locais, além da influência indireta por meio da eleição de representantes, onde a governança descentralizada fortalece o capital social, melhora a alocação de recursos e promove um desenvolvimento sustentável e inclusivo, alinhado com as prioridades das comunidades (ETGES, 2022)

Rocha *et al.* (2024) afirmam que o desenvolvimento regional depende da valorização das potencialidades locais, como recursos naturais e capital humano, para criar estratégias personalizadas e eficazes. Essas estratégias, focadas no uso sustentável dos recursos e no incentivo à inovação e empreendedorismo local, promovem um futuro mais inclusivo, resiliente e próspero, respeitando as tradições comunitárias.

Dessa forma, ao analisar as potencialidades e as dificuldades regionais de Guarapuava, no Paraná, como recursos naturais, capital humano, tradições culturais e atividades econômicas características, é possível conceber estratégias específicas que se alinhem mais eficazmente com as necessidades e aspirações da comunidade local. A compreensão das interações entre diferentes dimensões do desenvolvimento econômico, como a integração entre setores, a educação, a infraestrutura e a inovação, são fundamentais para criar uma visão abrangente e sustentável para Guarapuava. No entanto, é vital abordar as nuances da Região imediata de Guarapuava com cuidado e rigor das particularidades que o município carrega no seu histórico (SILVA, 2005).

As seções a seguir destacam os métodos e as metodologias de estudo para chegar na discussão dos resultados, além de introduzir as características da Região em que Guarapuava está inserida. É essencial considerar as particularidades da Região com atenção, reconhecendo a complexa interação entre fatores internos e externos.

MATERIAIS E MÉTODOS

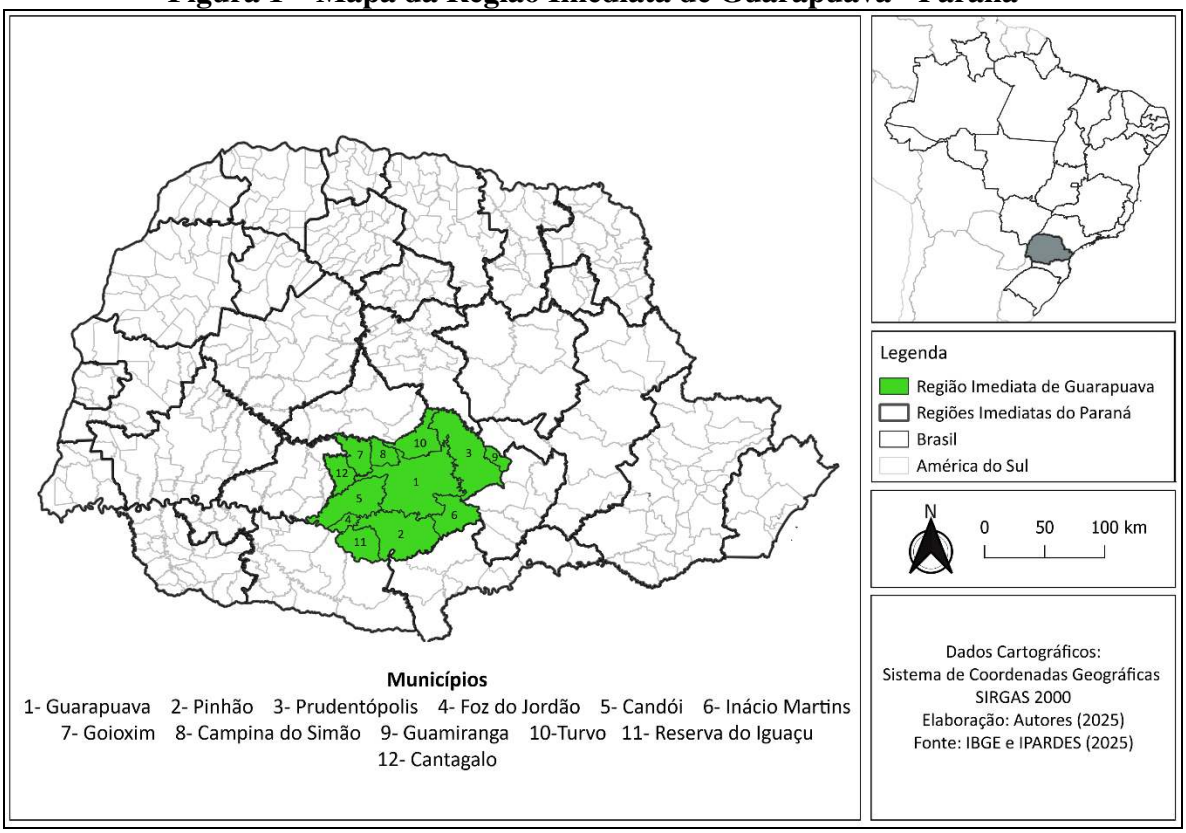
Esta seção é responsável pela especificação e caracterização da área de estudo, bem como a identificação dos métodos e das metodologias utilizados para a obtenção dos resultados deste trabalho. Sabe-se que é imprescindível o detalhamento das metodologias usadas bem como a indicação das fontes utilizadas para tratamento dos dados obtidos.

Portando, a presente pesquisa busca estudar a Região Imediata de Guarapuava, com foco no município de Guarapuava, que está situada na Mesorregião Centro-Sul Paranaense e, é um município que se destaca não apenas por sua história, mas também por sua Geografia diversificada e ambiente natural. Está a uma altitude de 1.120 metros acima do nível do mar e possui uma população de 182.093

habitantes. Os dados demográficos revelam também, uma narrativa sobre a distribuição da população em Guarapuava, onde em 2022, 91,6% da população preferia as áreas urbanas do município (IBGE, 2022).

Na figura 1 é possível observar o mapa de localização do município de Guarapuava bem como a Região Imediata a qual ela está inserida.

Figura 1 – Mapa da Região Imediata de Guarapuava - Paraná



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE e IPARDES (2024).

Guarapuava está inserida na Região Imediata de Guarapuava, que corresponde aos seguintes municípios: Guarapuava, Prudentópolis, Pinhão, Candói, Turvo, Cantagalo, Inácio Martins, Guamiranga, Reserva do Iguaçu, Goioxim, Foz do Jordão, Campina do Simão. A interconexão de Guarapuava com essas áreas vizinhas fortalece seus laços sociais e econômicos e posiciona estrategicamente, como um centro vital de importância nesta parte do Paraná.

Para tanto, por se tratar de uma análise regional, a pesquisa adota uma abordagem metodológica bibliográfica, exploratória e descritiva, com foco na análise de dados secundários para entender a dinâmica do desenvolvimento regional na Região Imediata de Guarapuava. A pesquisa é fundamentada em autores que discutem as metodologias quantitativas e qualitativas como Godoy (1995), Soares *et al.* (1999), Johnson e Wichern (1988) entre outros.

A metodologia é predominantemente qualitativa, mas com a aplicação de técnicas quantitativas para análise dos dados. O método qualitativo visa compreender o contexto e os processos que envolvem o desenvolvimento regional, utilizando fontes secundárias como documentos e dados de pesquisa (GODOY, 1995). Contudo, também foi empregado um enfoque quantitativo para garantir a objetividade e a profundidade da análise, utilizando técnicas e métodos estatísticos, como a estatística descritiva, com o objetivo de identificar padrões, tendências e relações entre as variáveis estudadas

Os dados utilizados foram extraídos de bases de dados e publicações oficiais, como os dados do Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em particular, serão utilizadas as variáveis do Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM), que considera áreas como renda, emprego, produção agropecuária, educação e saúde, com dados atualizados dos últimos anos. Além disso, foram usados dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB per capita para os municípios da Região Imediata de Guarapuava, além de estimativas populacionais para categorizar o porte dos municípios. O levantamento desses dados foi realizado a partir de fontes públicas e acessíveis, garantindo a transparência e a confiabilidade da pesquisa.

Para a realização deste estudo, utilizou-se também de livros e artigos científicos como fontes de dados. As plataformas de pesquisa utilizadas para a seleção do material bibliográfico foram: Elsevier, Taylor & Francis, Scielo, Springer, CAPES, CLASE, Google Acadêmico, além de periódicos brasileiros com elevada repercussão, como o periódico BOCA.

A análise dos dados é conduzida com base na estatística descritiva, permitindo a interpretação e apresentação dos resultados de forma clara e objetiva, com foco nas variáveis socioeconômicas da Região. A técnica de estatística descritiva possibilitará uma análise detalhada das informações coletadas, promovendo uma compreensão precisa das condições de desenvolvimento econômico e social de Guarapuava. Esse procedimento permitirá, ainda, realizar comparações entre os municípios da Região, bem como entre a Região Imediata de Guarapuava (RIG) e o estado do Paraná.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

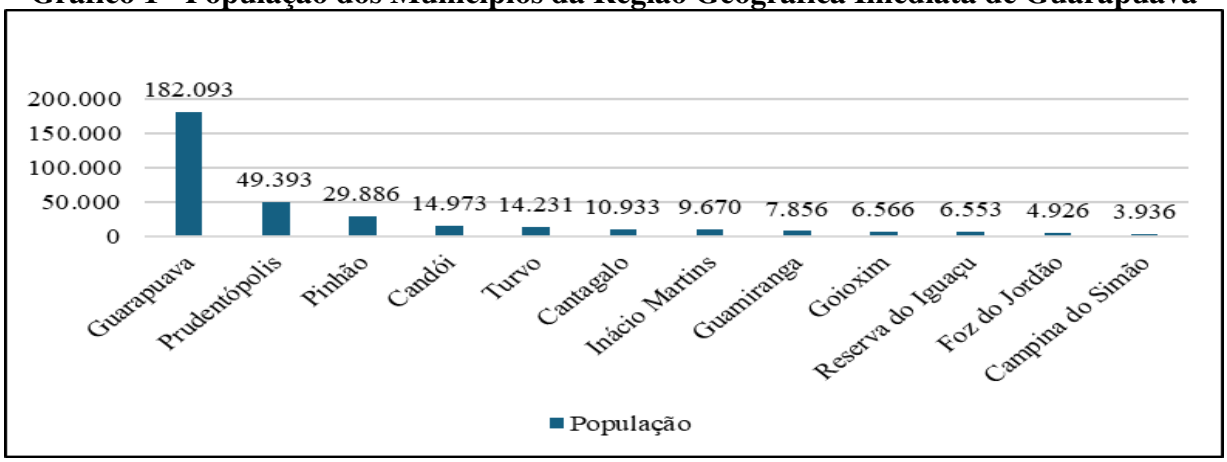
Guarapuava: centralidade territorial e socioeconômica no estado do Paraná

O Brasil possui uma estrutura urbana complexa composta por diferentes níveis de centros urbanos, cuja classificação reflete a hierarquia e a funcionalidade de cada município no território nacional. Guarapuava, classificada como um Centro Sub-regional A, desempenha um papel estratégico

ao integrar fluxos econômicos e sociais em sua área de influência, contribuindo para a organização territorial e a articulação de atividades econômicas e serviços. Essa classificação, mantida de 2018 a 2024 (IBGE/REGIC, 2018), destaca Guarapuava como um polo intermediário importante, servindo de conexão entre centros regionais maiores e localidades menores.

Conforme os dados do IBGE (2023), a Região Geográfica Imediata de Guarapuava abrange 12 municípios: Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guamiranga, Inácio Martins, Pinhão, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu, Turvo e Guarapuava, como mostrado anteriormente. Entre os municípios que estão dentro da área de influência de Guarapuava, nenhum deles possui um número populacional superior a 50 mil habitantes, como demonstram os dados do Gráfico 1. Pelo contrário, o maior número de habitantes na área urbana concentra-se em Prudentópolis, com uma população de 49.393 mil habitantes.

Gráfico 1 - População dos Municípios da Região Geográfica Imediata de Guarapuava



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE (2023)

Com base nos dados fornecidos pelo IBGE (2023), é evidente que a Região em questão é predominantemente composta por municípios de pequeno porte, totalizando uma população estimada de 353.662 habitantes em 2020, o que representa cerca de 3.07% da população do Estado. A análise revela que a maioria esmagadora dos municípios da Região possui menos de 20.000 habitantes, abarcando 75% do total. Apenas 16% das cidades apresentam uma população entre 20.000 e 50.000, e apenas um município, Guarapuava, possui uma população superior a 100.000 habitantes.

Quando se trata do Produto Interno Bruto (PIB) da Região em relação ao Estado, a contribuição foi de 2,75% em 2022 (IBGE, 2023). É notável que municípios como Guarapuava, Prudentópolis e Pinhão se destacam, apresentando um PIB acima da média regional, enquanto 75% dos municípios ficaram abaixo desse índice. Além disso, é interessante observar que a soma do PIB de todos os 11 municípios da Região é inferior ao PIB de Guarapuava isoladamente, evidenciando o seu papel de

destaque como município polo. A economia de Guarapuava é caracterizada como pouco diversificada, com foco nos setores agropecuário, madeireiro, produção de grãos e agroindústria derivada de grãos e oleaginosas (IPARDES, 2023).

O Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM), que avalia o desempenho dos municípios do Paraná em áreas como renda, emprego, produção agropecuária, saúde e educação, possibilitou a análise da evolução socioeconômica dos municípios da Região Imediata de Guarapuava (RIG), evidenciando avanços no desenvolvimento ao longo do tempo.

A análise desses dados envolveu a comparação de diferentes indicadores ao longo dos anos para avaliar as tendências de crescimento ou declínio socioeconômico nos municípios, que pode ser observado na Tabela 1. Isso permite entender melhor o progresso ou os desafios enfrentados pelos municípios nessa área específica.

Tabela 1 - Evolução do IPDM dos municípios da RIG entre 2010 e 2021

MUNICÍPIO	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2021
Campina do Simão	0,502	0,476	0,559	0,598	0,685	0,675	0,689
Candói	0,58	0,597	0,545	0,579	0,675	0,689	0,728
Cantagalo	0,492	0,49	0,559	0,556	0,624	0,683	0,676
Foz do Jordão	0,471	0,522	0,538	0,552	0,582	0,650	0,669
Goioxim	0,412	0,453	0,514	0,516	0,628	0,705	0,695
Guamiranga	0,586	0,562	0,612	0,617	0,642	0,679	0,737
Guarapuava	**0,605**	**0,633**	**0,678**	**0,711**	**0,737**	**0,771**	**0,784**
Inácio Martins	0,477	0,472	0,52	0,523	0,554	0,644	0,651
Pinhão	0,466	0,484	0,551	0,602	0,645	0,677	0,677
Prudentópolis	0,574	0,598	0,634	0,664	0,693	0,733	0,737
Reserva do Iguaçu	0,435	0,444	0,518	0,556	0,603	0,678	0,680
Turvo	0,519	0,500	0,554	0,602	0,629	0,738	0,735

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Ipardes (2023).

Revela-se uma tendência interessante no desempenho do Índice IPDM na Região, com Guarapuava se destacando como um município com desempenho superior em relação aos demais municípios de sua área ao longo do período de 2010 a 2021. O Índice IPDM geral de Guarapuava mostra uma evolução constante ao longo dos anos, indicando uma melhoria nas condições socioeconômicas e no desenvolvimento local. Apesar de ser classificado como um município de médio desempenho, a progressão é notável (IPARDES, 2023). Guarapuava, embora positiva, ressalta a importância de uma abordagem colaborativa entre os municípios para alcançar um desenvolvimento mais equitativo.

A análise detalhada dos dados de Renda e Emprego é outro elemento para entender os fatores que impulsionaram ou limitaram o desenvolvimento socioeconômico nos municípios. Identificar padrões, tendências e disparidades nos níveis de renda e emprego ao longo do tempo pode apontar áreas

que necessitam de políticas públicas e setores econômicos que precisam de estímulo para promover o crescimento regional.

Tabela 2 - Evolução do IPDM de renda e emprego dos municípios que fazem parte da RIG de Guarapuava entre 2010 e 2021

MUNICÍPIO	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2021
Campina do Simão	0,409	0,369	0,377	0,342	0,375	0,334	0,479
Candói	0,477	0,448	0,488	0,455	0,483	0,39	0,533
Cantagalo	0,343	0,366	0,379	0,37	0,366	0,374	0,376
Foz do Jordão	0,396	0,337	0,398	0,359	0,413	0,298	0,444
Goioxim	0,34	0,301	0,36	0,329	0,361	0,443	0,404
Guamiranga	0,39	0,338	0,358	0,289	0,321	0,301	0,407
Guarapuava	**0,571**	**0,585**	**0,601**	**0,606**	**0,607**	**0,589**	**0,632**
Inácio Martins	0,356	0,361	0,39	0,329	0,364	0,365	0,413
Pinhão	0,421	0,391	0,438	0,42	0,424	0,425	0,413
Prudentópolis	0,388	0,399	0,418	0,397	0,419	0,425	0,444
Reserva do Iguaçu	0,335	0,387	0,41	0,343	0,422	0,409	0,438
Turvo	0,431	0,378	0,44	0,397	0,347	0,462	0,479

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Ipardes (2023).

A análise dos dados mostra que Guarapuava teve o melhor desempenho em renda e emprego entre 2010 e 2021, mas sofreu uma queda em 2020 devido à pandemia, sendo seguido de recuperação em 2021. A maioria dos municípios da Região enfrentou progressos limitados ou retrocessos, com desempenho inferior em 2020.

Essa configuração demográfica, juntamente com a quantidade de municípios com pouca dinâmica econômica, devido a um modelo produtivo com baixa capitalização (principalmente voltada à agricultura), resulta em uma área de influência com uma dinâmica menos expressiva se comparada a municípios como Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa. Essas, estabelecem maior quantidade e intensidade de fluxos e interações espaciais na rede urbana do estado (IPARDES, 2023).

A posição de um centro urbano na hierarquia regional é dinâmica e, pode variar ao longo do tempo de acordo com os contextos econômicos, políticos e sociais. O papel de Guarapuava como um centro urbano de importância no Paraná, é reflexo de sua lenta evolução ao longo das décadas, tornando-se um ponto estratégico para o desenvolvimento regional e uma referência para a população local e das áreas circunvizinhas. Nesse caso, podemos fazer diálogo com as teorias de posição e situação de Ratzel (1906), que se debruçou em descrever a importância da localização de um território para o desenvolvimento regional.

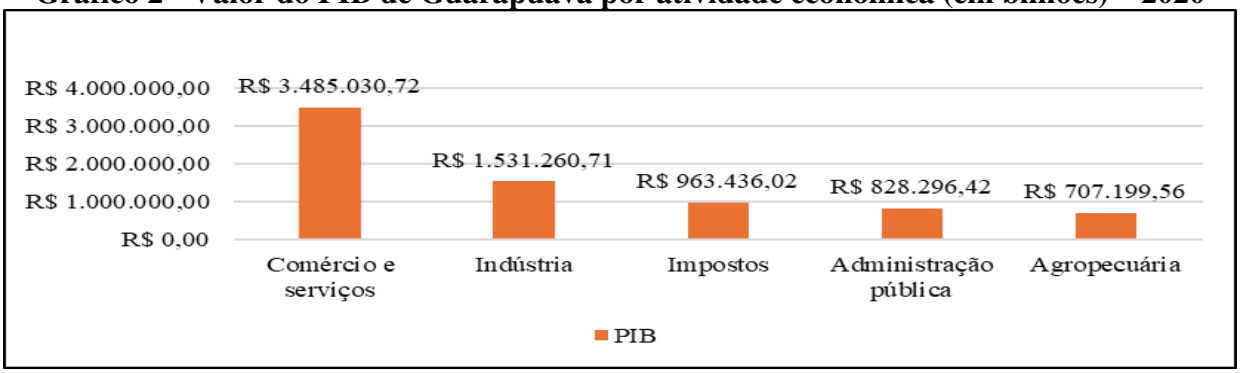
Contudo, sabe-se que a configuração da Região Centro Sul, com o passar dos anos e as frentes de ocupações, que ocorreram nessa porção do estado, estão mais dispersas e têm menos articulação entre si, especialmente no trecho entre Guarapuava e Ivaiporã, União da Vitória, Francisco Beltrão, Pato Branco e Cascavel (FAJARDO; CUNHA, 2021.) Além disso, não há uma concentração de municípios com uma população entre 50 e 100 mil habitantes, prevalecendo, em vez disso, municípios com população

inferior a 50 mil habitantes, com predominância de atividades relacionadas ao setor agrícola e rural (IBGE/REGIC, 2018).

Sabe-se Produto Interno Bruto (PIB) de um município é mais do que apenas uma estatística, é um reflexo vívido de seu processo econômico e desenvolvimento ao longo do tempo. Em 2011, o PIB de Guarapuava era de 2,9 bilhões de reais. No entanto, em 2021, essa cifra havia saltado para 7,5 bilhões de reais. Este crescimento vertiginoso de 158,0% ao longo dessa década é um feito notável, sinalizando um ambiente econômico em expansão no município (IBGE, 2023).

O Gráfico 2, que se baseia nos dados do IBGE (2020), sobre o Produto Interno Bruto de Guarapuava, ilustra que a maior parte do valor adicionado na economia do município, provém dos serviços. Em seguida, a atividade industrial que desempenha papel importante, e a agropecuária aparece em último lugar. Isso evidencia que o setor predominante em Guarapuava é o de comércio e serviços.

Gráfico 2 - Valor do PIB de Guarapuava por atividade econômica (em bilhões) – 2020



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE (2020).

A análise dos setores econômicos, mostra uma forte presença do setor de serviços, que contribui significativamente para a economia local, representando 53,2% do valor adicionado. Em segundo lugar, vem o setor industrial, contribuindo com 23,4%, seguido pela administração pública com 12,6%, e pela agropecuária com 10,8% (IBGE, 2020).

A economia de Guarapuava é marcada por uma política local conservadora (SILVA, 2005), que não prioriza até o momento a industrialização de ponta nem a formação de mão de obra especializada, resultando em uma carência de empregos no setor industrial. Muitos moradores acabam buscando trabalho no comércio e serviços, que absorvem a mão de obra não especializada.

A proximidade com municípios vizinhos com infraestrutura limitada também aumenta a demanda por serviços em Guarapuava. No entanto, o município se destaca no agronegócio, figurando entre os 100 municípios mais ricos do Brasil nesse setor, ocupando a 62ª posição no ranking nacional e sendo o município mais produtivo da Região Sul (IBGE, 2022).

A manchete é estampada nos jornais locais de Guarapuava em 2023, como é possível observar na figura 2.

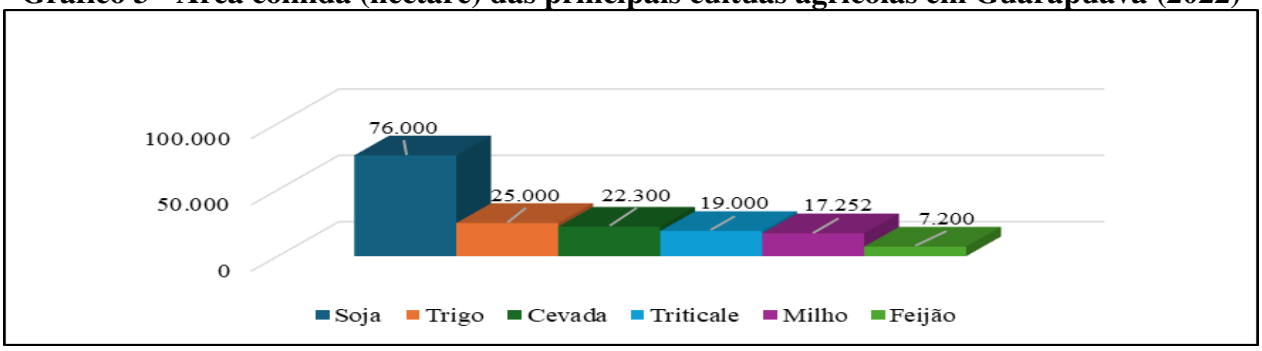
Figura 2 - Guarapuava como destaque no Agronegócio no Paraná e na Região Sul



Fonte: RNS (2023)

Os índices de produtividade de Guarapuava destacam práticas agrícolas eficientes, refletindo a importância do setor para a economia do Paraná e do Brasil. A presença de municípios com alto desempenho agrícola, como os do Mato Grosso, que lideram no complexo soja, revela que grandes áreas cultivadas, como as de soja, milho e algodão, são fatores chave para o sucesso do agronegócio. Guarapuava segue esse viés, demonstrando sua relevância no setor. No Gráfico 3, pode-se visualizar a amplitude da produção agrícola no município de Guarapuava (IBGE, 2023).

Gráfico 3 - Área colhida (hectare) das principais cultuas agrícolas em Guarapuava (2022)



Fonte: Elaboração própria. Base da dados: IBGE (2023).

Ao compararmos os dados de Guarapuava com o dos municípios com maior área colhida por hectare de cada cultura no Paraná, concluímos conforme o Gráfico 4, que a área colhida (hectares) de soja de Guarapuava (76.000he) está abaixo apenas do maior produtor de soja do Paraná: Tibagi (100.700he). Quanto ao Milho, Guarapuava (17.252he) está abaixo de Toledo (64.500he) e Cascavel (62.200he). Em relação à cultura do trigo, Guarapuava (25.000he) compõe uma diferença abaixo em relação a Tibagi (35.500he). Nesse caso, em análises sobre a produção de Trigo, Guarapuava se sobressai a Cascavel que, com uma área de produção de 26.700he, obteve 75.107 toneladas, enquanto Guarapuava teve uma produção de 102.000 toneladas (IBGE, 2023).

A respeito da produção de cevada, o município de Guarapuava ganha notoriedade, no estado do Paraná. Em 2021, foi responsável por 64% da colheita em relação aos demais produtores do Paraná. Dos 45,5 mil hectares plantados saíram 188,8 mil toneladas de grãos de qualidade, fazendo com que o município seja reconhecido como a "capital da cevada".

A Cooperativa Agrária cumpre papel importante na agregação de valor aos produtos. Abreu (1986), descreve que os anos 1950 se constitui como um ponto de virada significativa na história de Guarapuava. Essa mudança, é específica na estrutura agrária da Região, e a análise leva em consideração como a terra era possuída e utilizada nos séculos XIX e XX.

A infraestrutura de transportes em Guarapuava foi significativamente aprimorada com a chegada da ferrovia em 1952 e o asfaltamento da BR 277 em 1968, facilitando o transporte e escoamento da produção local. A imigração e migração interna, especialmente de imigrantes estrangeiros (Suábios oriundos do Leste europeu e fundadores da Cooperativa Agrária) e migrantes gaúchos e catarinenses, também desempenharam papel importante na transformação do município (ABREU, 1986; SILVA, 2005; STEIN, 2011).

A Cooperativa Agrária, originada de imigrantes Suábios, tem grande influência na economia de Guarapuava, sendo essencial para sua sustentação financeira. Em 2020, obteve uma receita de R$ 4,48 bilhões e produziu 921 mil toneladas de grãos, com um aumento de 7% em relação ao ano anterior (FORBES, 2022). Sua infraestrutura avançada e de ponta inclui fábricas, logística e operações comerciais diversas, atuando também em setores como malte, óleos, nutrição animal e comercialização de suínos, leite e grãos (AGRÁRIA, 2020).

A agropecuária de Guarapuava é diversificada, com criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos. O município possui um rebanho de 50 mil cabeças de bovinos, ocupando a 33ª posição no Paraná. Na criação de suínos, Guarapuava tem 47.800 cabeças, mantendo a posição no ranking estadual. Em comparação, Umuarama lidera a criação de bovinos com mais de 134 mil cabeças, e Toledo é o maior produtor de suínos, com mais de 800 mil cabeças (IBGE, 2023).

Em comparação com os municípios mais populosos que confrontam Guarapuava e integram a economia regional, aparece Prudentópolis e Pinhão, com uma produção de suínos que segue, respectivamente, com um total de 33.600 mil e 19.000 mil cabeças de suínos anuais. Já na criação de bovinos, esses municípios têm destaque, pois Prudentópolis detém de 69 mil cabeças de bovinos enquanto Pinhão conta com 60 mil cabeças de gado (IBGE, 2023).

Desigualdade regional no estado do Paraná

Sobre as disparidades regionais, pode-se observar que há desigualdades que persistem no Paraná, e muitas delas têm raízes históricas e internas às próprias Regiões. Essas diferenças não apenas acentuam as desigualdades sociais e econômicas, mas também enfatizam a diversidade cultural dos vários regionalismos presentes no estado, que influenciam diretamente as características e identidades de cada Região (FAJARDO; CUNHA, 2021).

Dessa forma, pode-se complementar que os fatores econômicos, sociais e políticos não interagem em ciclos de retroalimentação em Guarapuava. Isso difere das teorias propostas por Myrdal (1982), pois pra esse autor, uma Região com melhores condições econômicas atrai mais investimentos, mão de obra qualificada e infraestrutura, o que, por sua vez, reforça ainda mais sua vantagem competitiva. Em Guarapuava falta a competitividade por parte do baixo desempenho socioeconômicos dos municípios vizinhos.

Uma das maiores disparidades entre os municípios do Paraná, é a dependência dos menores municípios em termos de população, em relação aos repasses de recursos públicos federais e estaduais, pois, são resultados da menor capacidade desses municípios em gerar receitas próprias, o que os torna mais suscetíveis às políticas e programas governamentais.

Destaca-se nesse processo, a posição de Guarapuava em relação a outros municípios do Paraná, ressaltando suas limitações e a influência do apoio dos municípios vizinhos em sua economia regional, além de enfatizar a existência de disparidades sociais em todo o estado, inclusive em regiões consideradas dinâmicas, como a Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Porém, em um comparativo com outros municípios, Guarapuava se equipara a Ponta Grossa, mas fica atrás de Londrina, Maringá e Cascavel, pois, nas palavras de Fajardo e Cunha (2021, p. 58):

> [...] isoladamente, sem o apoio significativo de municípios do seu entorno que pudesse reforçar a economia regional, esse município acaba ficando de fora das regiões mais dinâmicas, representando uma ilha em meio a um espaço socialmente crítico.

Nesse aspecto, é importante compreender que, apesar de apresentar semelhanças com outros municípios do estado, sua situação e posição em relação aos demais municípios vizinhos, junto com a demanda de recursos externos, podem dificultar o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades na Região:

> O caso de Guarapuava é bastante ilustrativo. O município, que é o mais populoso da MesorRegião Centro Sul, apresenta uma relevância significativa no emprego formal em 2013, no

> mesmo nível de Ponta Grossa e Cascavel. No entanto, diferentemente das outras mesorregiões, mais dinâmicas, como o Norte Central, Centro Oriental e Oeste, o município fica quase isolado no seu espaço regional (FAJARDO CUNHA, 2021. p. 57).

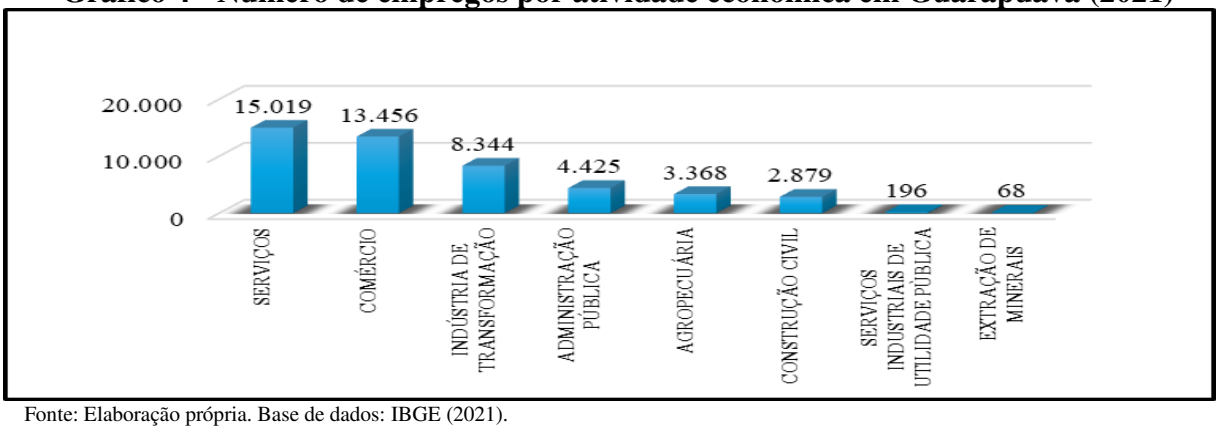
Apesar das disparidades, Guarapuava exerce a função de centro sub-regional do Paraná, sendo responsável por integrar as necessidades dos municípios vizinhos. Druciaki (2009) destaca que a colonização e formação econômica da Região resultaram em uma economia pouco articulada, caracterizada por escassez de atividades diversificadas, dificuldades econômicas e falhas na conexão entre as áreas. Silva (2005) complementa que o Centro do Paraná enfrenta um processo gradual de superação dos interesses conservadores locais, com o objetivo de buscar maior integração econômica.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município é de R$ 41.146,84. A média salarial e outras remunerações dos trabalhadores em Guarapuava, de acordo com o IBGE (2023), são equivalentes a 2,5 salários-mínimos mensais. Esta média sugere que a maioria dos trabalhadores ganham cerca de 2,5 vezes o salário-mínimo nacional, que é de R$1.320,00 reais.

Os dados de 2021 apresentam o número de empregos registrados, organizados por atividades econômicas, incluindo setores como extração de minerais, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária e atividades não especificadas. A categorização desses dados permite uma análise detalhada dos empregos por setor econômico.

No gráfico 4 pode-se observar o número de empregos por atividade econômica em Guarapuava, no ano de 2021.

Gráfico 4 - Número de empregos por atividade econômica em Guarapuava (2021)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE (2021).

A economia de Guarapuava apresenta uma diversificação moderada, com setores que geram empregos e renda, mas com números baixos em relação ao tamanho da população. Desafios como desigualdade de renda e custo de vida também precisam ser analisados para uma compreensão completa

do cenário econômico. A falta de escolaridade na população reflete um conjunto mais amplo de desafios socioeconômicos, como evidenciado pela análise dos dados educacionais de 2022.

Em 2022, Guarapuava registrou um total de 43,8 mil alunos matriculados na Educação Básica. Desse total, 8.950 estudantes estavam na Educação Infantil, 23.857 no Ensino Fundamental, 7.645 no Ensino Médio, 2.397 na Educação Profissional e 2.306 na Educação de Jovens e Adultos. A maior concentração de matrículas ocorreu no Ensino Fundamental, com 23,8 mil alunos, representando a maioria dos estudantes da cidade (IBGE, 2022).

Diante da perspectiva econômica, o município enfrenta desafios econômicos, com uma economia menos complexa que outras cidades paranaenses, como Cascavel, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. A concentração de renda e os latifúndios contribuem para desigualdades econômicas, dificultando o crescimento e o desenvolvimento, especialmente nas áreas menos favorecidas, influenciadas por fatores como qualificação profissional e recursos tecnológicos.

Oliveira (2007) descreve a Teoria da Causação Circular Cumulativa, de Myrdal (1982), onde o autor cita que:

> [...] as atividades que trazem muita lucratividade tendem a concentrar-se em determinadas regiões ricas, deixando a margem regiões mais pobres do país. As regiões menos favorecidas entram por sua vez em um processo acumulativo regressivo, com saída de imigrantes e diminuição da demanda interna, gerando uma redução de investimento (OLIVEIRA, 2007, p. 6).

A análise das disparidades regionais, conforme discutido por Myrdal (1982) e Boisier (1989), revela que as vantagens e desvantagens regionais influenciam diretamente o desenvolvimento ou a estagnação de uma área. A permanência de um "núcleo conservador de poder" em uma Região pode levar a atrasos econômicos, pois a falta de ações políticas alinhadas com o progresso contribui para a estagnação. A dinâmica do desenvolvimento local depende da orientação política e das decisões dos grupos no poder.

> [...] delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico (BOISIER, 1989, p. 601).

O desenvolvimento econômico de Guarapuava é influenciado por fatores exógenos, como políticas externas, e endógenos, como a força econômica local. As políticas externas podem ter impactos positivos ou negativos, mas a organização e capacidade do município são cruciais para um desenvolvimento sustentável de maneira abrangente. Nessa questão:

> O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1967, p. 164).

Guarapuava poderia atuar como um *hub* estratégico na Região, destacando-se pela interdependência com municípios vizinhos e sua localização geográfica, que facilita o acesso a recursos e oportunidades. No entanto, seu desenvolvimento foi moldado por grupos de poder históricos e pela falta de políticas progressivas, o que pode atrasar o avanço regional (SILVA, 2005). Apesar de influenciar municípios menores ao seu redor, Guarapuava carece de vínculos significativos com outros municípios de porte similar, enfrentando desafios relacionados à urbanização lenta e à necessidade de redefinir suas funções urbanas no contexto regional (PERROUX, 1967).

A título de comparação interestadual, a Região Imediata de Guarapuava apresenta similaridades com um estudo realizado por Rocha *et al*. (2024) na microrregião de Montes Claros (MG), principalmente que diz respeito às disparidades socioeconômicas entre os municípios que as compõem. Assim como Montes Claros, Guarapuava se destaca como o principal polo regional, devido à sua maior população, desenvolvimento industrial (mesmo que baixo), taxa de emprego formal e infraestrutura urbana e de serviços (mesmo que precário se comparado entre Guarapuava e outros municípios do Paraná). No entanto, muitos municípios vizinhos enfrentam baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, com condições precárias em aspectos como acesso à saúde especializada e infraestrutura básica.

Em alguns casos, como o de Montes Claros com Capitão Enéas (MG), observa-se que municípios menores da Região Imediata de Guarapuava também dependem de Guarapuava para serviços de saúde de maior complexidade, evidenciando a concentração de recursos e a necessidade de uma maior articulação territorial. Esses contrastes reforçam a importância de investigações futuras para identificar estratégias capazes de reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais equilibrado na Região (ROCHA *et al.*, 2024).

Em um comparativo a nível internacional, Harfst, Wirt e Marot (2020) destacam três aspectos essenciais para o sucesso das políticas de desenvolvimento regional na União Europeia: identificar as potencialidades locais, capacitar agentes para explorá-las estrategicamente e integrar políticas externas e internas. Essas estratégias combinam autonomia local com cooperação externa, respeitando as especificidades de cada Região.

No entanto, ao adotar diferentes perspectivas, é fundamental examinar de forma crítica como as dinâmicas internas podem ser impactadas por fatores externos. A dependência de recursos externos ou a

influência de forças globais pode colocar em risco a autonomia e a sustentabilidade do desenvolvimento regional

Nesse quesito, apesar de absorver parte da renda dos municípios vizinhos, Guarapuava não conseguiu estabelecer uma dinâmica de fluxos constantes de troca que promova um desenvolvimento de maneira equilibrada. Isso resulta no isolamento do município em relação a outros, como Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa.

A análise destaca como a distribuição de riqueza em regiões, como Guarapuava e seus municípios vizinhos, é influenciada por vantagens competitivas pré-existentes, perpetuando desigualdades. Regiões prósperas continuam a prosperar, enquanto áreas menos favorecidas enfrentam desafios para alcançar o mesmo nível de desenvolvimento (SENE, 2008). Historicamente, Guarapuava baseou sua economia na pecuária e agricultura, com forte influência de aspectos políticos locais que resistiram a mudanças estruturais, priorizando a manutenção de poderes tradicionais (SILVA, 2005; Krüger, 2008). A resistência a mudanças estruturais e a preservação de tradições e poderes locais influenciaram sua identidade e dinâmica, impactando o desenvolvimento regional e a formação da sociedade.

O bem-estar depende não só da quantidade de recursos, mas também do acesso equitativo a oportunidades (PIKE; RODRÍGUEZ-POSE; TOMANEY, 2011). O isolamento geográfico e as limitações de infraestrutura de Guarapuava influenciaram o desenvolvimento de sua identidade e estrutura social, que se adaptou às condições locais. Com a chegada dos trilhos do trem em 1952, a cidade começou a se integrar mais ao cenário regional, alterando suas dinâmicas sociais e econômicas (SENE, 2008). Nos anos 2000, o crescimento econômico no setor de comércio e serviços gerou aumento de desigualdade social e econômica, refletindo-se na disparidade de renda e em áreas com infraestrutura e serviços públicos desiguais. O papel de Guarapuava como centro regional é resultado da interação e intercâmbio na Região, embora esse movimento seja menos intenso que em outros polos do Paraná (PERROUX, 1967).

Wanderley (2001) destaca a importância de integrar áreas urbanas e rurais no processo de desenvolvimento, propondo políticas públicas equilibradas. As políticas públicas servem como estratégias ao associativismo, cooperativismo e apoio à agroindústria e a indústria são pilares essenciais para fortalecer a produção local, gerar empregos e promover o desenvolvimento endógeno, alinhado às vocações da Região.

Com base nos indicadores socioeconômicos analisados, o município de Guarapuava destaca-se como centralidade territorial e econômica na Região Geográfica Imediata de Guarapuava. Entretanto, a concentração de recursos e serviços em Guarapuava ressalta as desigualdades existentes entre os

municípios da Região, muitos dos quais enfrentam dificuldades para acompanhar o mesmo ritmo de desenvolvimento. Essa situação reforça a importância de políticas públicas que promovam uma articulação regional eficaz, visando a integração dos territórios e o fortalecimento das potencialidades locais, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo para toda a Região.

É fundamental que a Região cresça de forma mais igualitária, promovendo condições para que todos os municípios possam se tornar mais atuantes e competitivos no panorama do estado do Paraná. A redução das disparidades econômicas e sociais entre os municípios é essencial para fortalecer a coesão territorial, garantindo que cada localidade contribua de maneira significativa para o desenvolvimento regional como um todo.

CONCLUSÃO

A análise do desenvolvimento histórico de Guarapuava, considerando seu isolamento geográfico em relação a outros municípios como Castro e Ponta Grossa, revela como as condições naturais e a falta de infraestrutura de transporte adequada moldaram suas normas sociais e estruturas econômicas atuais. Durante grande parte do século XIX e início do século XX, Guarapuava permaneceu isolada, criando uma identidade única e uma organização social baseada na relação entre senhores e escravos, refletindo um modelo de trabalho privatista e doméstico.

O contexto histórico e geográfico de Guarapuava é fundamental para entender seu desenvolvimento ao longo dos anos. O crescimento econômico, especialmente no setor de comércio e serviços, na virada do século XXI, foi uma resposta às novas demandas sociais e produtivas. No entanto, esse crescimento também trouxe desafios, como o aumento da desigualdade social. O número de pessoas desfavorecidas social e economicamente cresceu em comparação com os grupos de renda média e os principais grupos dominantes política e economicamente no município.

O crescimento que o município teve deve ser acompanhado por políticas inclusivas que abordem a desigualdade e promovam um desenvolvimento equilibrado e sustentável. A compreensão dessas dinâmicas históricas e geográficas é essencial para planejar o futuro de Guarapuava, garantindo que o progresso econômico beneficie toda a população e não apenas uma elite dominante.

Para alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e abrangente na Região de Guarapuava, é fundamental integrar as estratégias *top-down* e *bottom-up*. Nesse contexto, a melhor abordagem consiste em equilibrar ambas as estratégias, permitindo que tanto o capital externo quanto a mobilização dos municípios inseridos na Região contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento territorial, resultando em condições econômicas, sociais e ambientais mais favoráveis para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. T. G. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

ABREU, M. *et al*. "A capabilityapproach perspective on regional development". **Regional Studies**, vol. 58, n. 11, 2023.

ABREU, M.; JONES, C. "The shadow of the pithead: Understanding social and political attitudes in former coal mining communities in the UK". **Applied Geography**, vol. 131, n. 102448, 2021.

AGRÁRIA. "Relatório Anual de 2020". **Cooperativa Agrária** [2021]. Disponível em: <www.agraria.com.br>. Acesso em 25/12/2024.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. "Measuring acute poverty in the developing world: Robustness and scope of the multidimensional poverty index". **World Development**, vol. 59, n. 1, 2014.

ARNDT, C.; VOLKERT, J. "The capability approach: A framework for official German poverty and wealth reports". **Journal of Human Development and Capabilities**, vol. 12, n. 3, 2011.

ASHEIM, B. T.; GRILLITSCH, M.; TRIPPL, M. "Regional innovation systems: Past, present and future". **Galician Journal of Economics**, vol. 28, n. 2, 2019.

ASHEIM, B. T.; ISAKSEN, A.; TRIPPL, M. **Advanced Introduction to Regional Innovation Systems**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2019.

BELLINI, N.; LAZZERI, G.; ROVAI, S.: "Patterns of policy learning in the RIS3 processes of less developed regions". **Regional Studies**, vol 55, n. 1, 2020.

BERKOWITZ, S. R. *et al*. "Convicting with confidence? Why we should not over-rely on eyewitness confidence". **Memory**, vol. 30, n. 1, 2020.

BEZERRA, J. E. "Redes globais de produção: um caminho de análise para a geografia econômica". **GEOUSP - Espaço e Tempo**, vol. 25, n. 3, 2021.

BLAŽEK, J.; KVĚTOŇ, V. "Towards an integrated framework of agency in regional development: the case of old industrial regions". **Regional Studies**, vol. 57, n. 8, 2023.

BOISIER, S. "Política econômica, organização social e desenvolvimento regional". *In*: HADDAD, P. R. *et al*. **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1989.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

COE, N. M.; KELLY, P. F.; YEUNG, H. W. C. **Economic Geography**: A Contemporary Introduction. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2019.

CONVERSE, F.; MAYHEW, K. "Regional inequalities: causes and cures". **Oxford Review of Economic Policy**, vol. 37, 2021.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. "Sobre o Conceito De Desenvolvimento Regional: Notas Para Debate". **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 15, n. 7, 2020.

COSTA, J. B. *et al.* "Capital social, desenvolvimento territorial e ações públicas". **ARACÊ**, vol. 6, n. 4, 2024.

DALLABRIDA, V. R. "Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema". **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,** vol. 7, n. 2, 2011.

DELAMAZA, G. "De La Descentralización Top Down a La Bottom-Up. Disposiciones y Actitudes Regionales Para El Desarrollo Territorial en Chile". **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 18, n. 2, 2022.

DENG, X.; WANG, Y.; SON, M. "Development Geography to explore solutions to promote regional development". **Geography and Sustainability**, vol. 4, n. 1, 2023.

DINMORE, H. *et al*. "Agency and the structural determinants of regional growth: towards a retheorisation". **Regional Studies**, vol. 58, n. 5, 2023.

DRUCIAKI, V. P. **As (des)articulações de Guarapuava com Maringá e Londrina**: uma análise a partir da rede de transporte rodoviário de passageiros (Dissertação de Mestrado em Geografia). Maringá: UEM, 2009.

ETGES, V, E. "Desenvolvimento Regional Importa?" **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 18, n. 1, 2022.

ETGES, V. E. "O "lugar" e o "local" no contexto do desenvolvimento territorial". **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**. Ijuí: Unijuí, 2023.

FAJARDO, S.; CUNHA, L. A. G. **Paraná**: desenvolvimento e diferenças regionais. Ponta Grossa: Editora Atena, 2021.

FORBES. "Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil". **Forbes** [2022]. Disponível em: <www.forbes.com.br>. Acesso em: 25/12/2024.

FRANGENHEIM, A. *et al*. "Beyond the single path view: Interpath dynamics in regional contexts". **Economic Geography**, vol. 96, n. 1, 2020.

FRANSHAM, M. *et al*. "Level best? The levelling up agenda and UK regional inequality". **Regional Studies**, vol. 57, n. 11, 2023.

FRATESI, U.; PERUCCA, G. "Territorial capital and the resilience of European regions". **Annals of Regional Science**, vol. 60, n. 2, 2018.

GODOY, A. S. "Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais". **Revista de Administração de Empresas**, vol. 35, n. 3, 1995.

GROVER, A.; LALL, S.; MALONEY, W. **Place, productivity, and prosperity**: Revisiting spatially targeted policies for regional development. Washington: World Bank Group, 2022.

HAESBAERT, R. “Etc, espaço, tempo e crítica”. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, vol. 1, n. 2, 2007.

HANRETTY, C. “The pork barrel politics of the towns fund”. **The Political Quarterly**, vol. 92, n. 1, 2021.

HANSEN, T. “The foundational economy and regional development”, **Regional Studies**, vol. 56, n. 6, 2021.

HARFST, J; WIRT, P; MAROT, N. “Utilizing endogenous potentials through EU cohesion policy: Examples from Central Europe”. **European Planning Studies**, vol. 28, n. 11, 2020.

HUGGINS, R.; THOMPSON, P. “Human agency, network dynamics and regional development: the behavioural principles of new path creation”. **Regional Studies**, vol. 57, n. 8, 2023.

IAMMARINO, S.; RODRIGUEZ-POSE, A.; STORPER, M. “Regional inequality in Europe: Evidence, theory and policy implications”. **Journal of Economic Geography**, vol. 19, n. 2, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07/12/2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/12/2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30/12/2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15/12/2024.

ILHA, P. C. *et al.* “Capital Social E Desenvolvimento Local Em Marechal Cândido Rondon (PR): O Caso Da Copagril”. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, vol. 8, n. 15, 2009.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais**: Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense. Curitiba: Ipardes, 2014.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: Ipardes, 2017.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **As migrações e a transformação da estrutura produtiva fundiária no Paraná**. Curitiba: Ipardes, 1983.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico dos Municípios do Paraná**. Curitiba: Ipardes, 2023.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais**: Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense. Curitiba: Ipardes, 2014.

ISAKSEN, A.; TRIPPL, M. “Exogenously Led and Policy-Supported New Path Development in Peripheral Regions: Analytical and Synthetic Routes”. **Taylor and Francis**, vol. 96, n. 5, 2016.

ISRAEL, E.; FRENKEL, A. “Justice and inequality in space. A socio-normative analysis”. **Journal of Physical, Human, and Regional Geosciences**, vol. 110, n. 1, 2020.

ISRAEL, E.; FRENKEL, A. “Social justice and spatial inequality: Toward a conceptual framework”. **Progress in Human Geography**, vol. 42, n. 5, 2018.

JOHNSON, A.; WICHERN, D. **Applied multivariate statistical analysis**. New Jersey: Sage, 1988.

KRÜGER, N. P. **Guarapuava**: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2008.

LENNEIS, V.; AGERGAARD, S.; EVANS, A. B. “Women-only swimming as a space of belonging. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, vol. 14, n. 1, 2022.

LIMA, J. F. **O Desenvolvimento regional como fenômeno regional**. Campina Grande: Editora da UEPB, 2020.

LOGAN, T.; HARDY, B.; PARMAN, J. “Long-run Analysis of Regional Inequalities in the US’. **Oxford Review of Economic Policy**, vol. 37, n. 1, 2021.

MACKINNON, D. *et al*. “Reframing urban and regional ‘development’ for ‘left behind’ places”. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, vol. 15, n. 1, 2022.

MARRETTA, V. “Territorial capital in local endogenous economic development”. Regional. **Sciense Policy and Practice**, vol. 13, n. 9, 2021.

MARTIN, R. *et al.* “Levelling Up left behind places: The scale and nature of the economic and policy challenge”. **Regional Studies Policy Impact Books**, vol 3, n. 2, 2021.

MARTIN, R.; SUNLEY, P. “Dependence and Regional Economic Evolution”. **EconomPapers**, vol. 3, n. 4, 2006.

MCCANN, P. **The UK regional–national economic problem**: Geography, globalisation and Governance. London: Routledge, 2016.

MCCANN, P.; OORT, F. **Theories of agglomeration and regional economic growth**: a historical review. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.

MEDEIROS, C. B.; GÓMEZ, C. R. P. “Percurso Bottom-Up e Top-Down de uma Iniciativa de Inovação Social em Expansão”. **Anais do XVIII Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão Tecnológica**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023.

MENDES, W. *et al.* “Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros”. **Latin American Research Review**, vol. 55, n. 4, 2020.

MORGAN, K. "Nurturing novelty: Regional innovation policy in the age of smart specialization." **Environment and Planning C: Politics and Space**, vol. 37, n. 4, 2019.

MORGAN, K. **Revitalising lagging regions**: Smart Specialisation and industry. London: Regional Studies Policy Impact Books, 2019.

MOYANO, E. E. “El concepto de capital social y su utlidad para el análisis de las dinamicas del desarrollo”. **Revista Economia Ensaios**, vol. 13, n. 2, 1999.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1982.

NIJKAMP, P.; ABREU, M. “Regional Development Theory”. **International Encyclopedia of Human Geography**, vol. 11, n. 2, 2020.

NUNES, E.M. “Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no polo Assú-Mossoró (RN)”. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 44, n. 13, 2013.

OLIVEIRA, A. L. “Políticas públicas, urbanização e desenvolvimento regional endógeno – caso do Paraná”. **Anais do V Encontro de Economia Paranaense**. Curitiba: UFPR, 2007.

PERRONS, D. “Regional performance and inequality: Linking economic and social development through a capabilities approach”. **Cambridge Journal of Regions**, **Economy and Society**, vol. 5, n. 1, 2012.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Porto: Editora Herder, 1967.

PIKE, A.; RODRÍGUEZ-POSE, A.; TOMANEY, J. **Handbook of Local and Regional Development**. London: Routledge, 2011.

PIKE, A.; RODRÍGUEZ-POSE, A.; TOMANEY, J. **Local and Regional Development**. London: Routledge, 2017.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2017**. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 08/01/2025.

RATZEL, F. **Kleine Schriften von Friedrich Ratzel**. Munique: Oldenbourg, 1906.

REDE SUL. “Guarapuava é o município mais rico do Paraná no agronegócio”. **Rede Sul de Notícias**. [2023]. Disponível em: <www.redesuldenoticias.com.br>. Acesso em: 20/12/2023.

RIETVELD, P; SHEFER, D. **Regional Development in an Age of Structural Economic Change**. Abingdon: Routledge, 2019.

ROCHA, V. A. *et al.* “Desenvolvimento Regional: Uma Análise Multidimensional Da Microrregião De Montes Claros”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 49, 2024.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; KETTERER, T. “Institutional change and the development of lagging regions in Europe”. **Regional Studies**, vol. 54, n. 7, 2020.

SANT’ANNA, A. D.; OLIVEIRA, G. B. “Os atores locais como promotores do desenvolvimento territorial endógeno”. **Colóquio: revista de desenvolvimento regional,** vol. 17, n. 4, 2020.

SENE, R. R. **Caso Paiol de Telha**: uma história dos descendentes de negros escravizados frente à expropriação de/ terras em Guarapuava, PR (Dissertação de Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania). Ponta Grossa: UEPG, 2008.

SENHORAS, E. M.; CAVALCANTE, J. S. “Turismo e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno”. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo Local Sostenible**, vol. 7, n. 17, 2014.

SHAH, A. **Participatory budgeting**. Washington: World Bank Group. 2007.

SILVA, B. J. B. “Desenvolvimento territorial: uma abordagem a partir de indicadores socioeconômicos no território Açu-Mossoró (RN)”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 11, n. 32, 2022.

SILVA, M. **Análise política do território**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2005.

SOARES, A. C. L. G. *et. al.* “Índice de desenvolvimento municipal: hierarquização dos municípios do Ceará no ano de 1997”. **Paraná Desenvolvimento**, vol. 110, n. 97, 1999.

SOTARAUTA, M. **Shared Leadership and Dynamic Capabilities in Regional Development**. Cornwall: Urban and Regional Planning and Development Series, 2005.

SOTARAUTA, M.; GRILLITSCH, M. “Studying human agency in regional development”. **Regional Studies**, vol. 57, n. 8, 2023.

STEIN, M. N. **O Oitavo Dia**: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios – PR. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2011.

THÜNEN, J. H. V. **Von Thünen's Isolated State**: An English Edition of Der Isolierte Staat. Amsterdã: Elsevier Science and Technology, 1966.

TÖDTLING, F. “Regional Development, Endogenous”. **International Encyclopedia of Human Geography**, vol. 11, n. 2, 2020.

TODTLING, F.; TRIPPL, M. “One size fits all? Towards a differentiated regional innovation policy approach”. **Research Policy**, vol. 34, n. 8, 2005.

TOMANEY, J.; PIKE, A. “Levelling up?” **The Political Quarterly**, vol. 91, n. 1, 2020.

TOVAR, E.; BOURDEAU-LEPAGE, L. “Well-being disparities within the Paris region: A capabilist spatialised outlook”. **Urban Studies**, vol. 50, n. 8, 2013.

VAN DAM, A.; FRENKEN, K. “Vertical vs. Horizontal Policy in a Capabilities Model of Economic Development”. **Papers in Evolutionary Economic Geography**, vol. 1, n. 8, 2020.

WANDERLEY, M. N. B. “Urbanização e realidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco”. **Revista Nordeste: Regionalismo e Inserção Global**, vol. 1, n. 4, 2001.

WILLETT, J. *et al*. “Why did Cornwall vote for Brexit? Assessing the implications for EU structural funding programmes”. **Environment and Planning C: Politics and Space**, vol. 37, n. 8, 2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 20 | Nº 59 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima